

Funaro e Maciel estão de saída

Maciel dirá hoje a Sarney que quer voltar ao Senado e Funaro não tem mais espaço no governo federal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, e Dilson Funaro, da Fazenda, estão de saída. Maciel disse ontem que hoje mesmo terá uma conversa decisiva com o presidente José Sarney, podendo deixar o gabinete já como ex-ministro, disposto a reassu-

mir seu lugar no Senado e talvez disputar a presidência do PFL ou a liderança do partido na Constituinte. Para o seu lugar estão cotados o embaixador Rubens Ricúpero, que ontem esteve com o presidente Sarney, e o ministro José Reinaldo Tavares, dos Transportes. Maciel e Reinaldo viajaram ontem para Curitiba, onde o ministro do Gabinete Civil pronunciou

palestra, na Universidade Federal do Paraná. Quanto a Funaro, assessores do Planalto garantem que o presidente Sarney quer começar tudo de novo e não há mais lugar para o atual ministro da Fazenda. O projeto do presidente visaria, segundo aquelas fontes, a garantir mandato longo para ele mesmo. Só que Sarney vai esperar um pouco, até que diminuam as críti-

cas ao ministro, para não dar a impressão de que está agindo sob pressão. Para o lugar de Funaro ainda não há nome definido, mas se a vaga ficar com o PMDB os mais lembrados são os ex-secretários do governo Franco Montoro: Bresser Pereira e José Serra. Mas é também possível que o novo ministro seja alguém não ligado ao PMDB.

A reforma pretende garantir a Sarney mandato mais longo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Capitalizar a experiência adquirida nestes dois primeiros anos da Nova República e começar tudo de novo, injetando novo ânimo no País e imprimindo uma nova orientação de governo, principalmente na área econômica. Esta é a intenção do presidente José Sarney dentro de uma estratégia de buscar garantias para maior duração do seu mandato, segundo informações obtidas ontem no Palácio do Planalto. Nesta nova fase, a ser deflagrada pelo presidente Sarney nos próximos dias, não há espaço no Executivo para os ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e Marco Maciel, do Gabinete Civil. O presidente Sarney apenas aguarda "o momento mais oportuno" para deflagrar as mudanças.

Ontem, no Palácio do Planalto, não se tinha mais dúvida sobre o afastamento de Marco Maciel e de Dilson Funaro do governo. Tudo seria apenas uma questão de tempo. Marco Maciel sairá primeiro. Funaro, depois, tão logo se identifique alguma calma para as sugestões pelo seu afastamento do governo, pois o presidente Sarney não quer agir sob pressão. Mas estaria convencido de que necessita alterar substancialmente todo o comando da política econômica.

O ministro Marco Maciel queria consumir ontem mesmo o seu afastamento do governo. Deu a partida no assunto, durante despacho com o presidente, mas logo foi interrompido. "Vamos deixar isto para depois"

Sabatina inoportuna

O líder do PTB, Gastone Righi, condena a próxima ida do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, à Câmara, antes de o governo haver definido as novas medidas econômicas que pretende tomar: "Se ele vai cair, não tem sentido vir cá; se vai ficar, não poderia vir antes de uma preparação, antes da divulgação do novo programa do governo".

Ricúpero chamado ao gabinete

Ainda ontem, momentos depois de o presidente Sarney receber em audiência o ministro Marco Maciel, o embaixador Rubens Ricúpero foi chamado ao gabinete, de onde saiu na companhia do ouvidor geral da República, jornalista Fernando Cesar Mesquita. Discreto, Ricúpero esquivou-se da imprensa e das câmeras fotográficas que o perseguiram pelo corredor que dá acesso ao seu escritório, ao lado do gabinete presidencial. Mesquita, por sua vez, não confirmou nem o convite feito ao embaixador Ricúpero nem se Maciel, durante a audiência, entregou a carta de demissão ao presidente Sarney. "Talvez esta seja a sua intenção, mas nada me foi falado", comentou.

Já o ministro José Reinaldo, antigo e íntimo amigo do presidente, deixou Brasília ontem para uma viagem a Curitiba, no Paraná, onde estava, desde o final da tarde, o ministro Marco Maciel para proferir uma

determinou o presidente Sarney. Marco Maciel pretende voltar ainda hoje mesmo à carga.

O presidente Sarney quer ganhar tempo para que não haja nenhum erro político na escolha dos sucessores de Maciel e de Funaro — tudo em função do novo quadro político do País — não apenas do que foi desenhado em 15 de novembro último, mas em função também do quadro mais recente, marcado pelo surgimento de novas lideranças no PMDB.

Para a sucessão do ministro Marco Maciel, tudo indica que a escolha recaia sobre o nome do assessor especial do presidente, embaixador Rubens Ricúpero. Este nome é do agrado do PFL, a quem Sarney não quer desapontar. Segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, não seria justo que o presidente Sarney não desse ao partido uma compensação pela saída de Marco Maciel. Ou um sucessor do agrado do partido, ou um outro Ministério importante.

Já a sucessão do ministro Dilson Funaro é mais complicada. O presidente Sarney não sabe ainda se "cassa" esta vaga do PMDB no governo e põe à frente da Fazenda uma figura de projeção nacional, e da sua inteira confiança, ou se deixa o cargo com o partido, renovando-lhe a chance de dirigir a economia do País. Caso opte por manter a "vaga" com o PMDB, o novo ministro poderá vir a ser ou Bresser Pereira, ex-secretário do governo Franco Montoro, ou um outro ex-secretário paulista, o deputado José Serra, que mantém excelente trânsito no Palácio do Planalto.

Segundo se afirma no Palácio, o presidente Sarney quer mudar. E quer uma mudança profunda, para com isso readquirir a credibilidade da população e, em particular, do Congresso. O primeiro passo para a mudança política será a substituição de Marco Maciel no Gabinete Civil. O primeiro passo para a grande mudança na área econômica será a substituição de Dilson Funaro, no Ministério da Fazenda. Com estes dois passos iniciais o governo espera deixar o imobilismo em que se encontra.

palestra sobre "A solução liberal", na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Segundo informações do Planalto, os dois ministros podem encontrar-se e trocar idéias sobre o destino da Casa Civil, por onde deve começar a reforma do Ministério Reary.

Segundo a fonte palaciana, os dois nomes estão na ordem de prioridade do presidente Sarney, que já tem como consumada a saída de Maciel, uma vez que este não esconde o seu desejo de retornar ao Senado e dedicar-se à organização do Partido da Frente Liberal (PFL). Ricúpero e Reinaldo Tavares têm, em comum, a confiança do presidente da República sobre sua competência administrativa. No caso da transferência do ministro dos Transportes para o Gabinete Civil, o único obstáculo a transpor seria o próprio PMDB, ao qual pertence, mas que vem pleiteando outros nomes para o cargo.

De volta ao Senado e ao PFL



Maciel na Constituinte, para onde quer voltar em definitivo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, conversa hoje com o presidente Sarney para definir sua saída do Ministério, reassumir a cadeira de senador e possivelmente disputar a presidência do PFL, atendendo a solicitação de grande número de parlamentares do partido. Maciel disse que a conversa será decisiva e seus auxiliares confirmam que a oficialização da saída do Gabinete Civil poderá ocorrer hoje mesmo, porque há cerca de uma semana o ministro já esgotou o assunto com o chefe do governo.

Maciel observou que sua saída não precipitará a reformulação do Ministério, pois se trata de atitude isolada, enquanto "a reforma é da competência do presidente Sarney". Assessores do ministro comentam que Maciel quer voltar ao PFL e disputar sua presidência para preparar o partido para as eleições municipais do próximo ano, ao tempo em que deixa o Gabinete Civil para que o presidente Sarney preencha o cargo

Lourenço acha que pouca coisa muda

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, disse ontem que a situação atual de marginalização do seu partido dentro do governo não deveria melhorar caso o chefe da Casa Civil, Marco Maciel, venha mesmo a assumir a presidência do partido. "Se como ministro ele pouco pôde fazer para melhorar esta situação — ponderou o líder — menos ainda como presidente do PFL." Sobre a indicação de um nome ligado ao PMDB para substituir Maciel, José Lourenço acha que isso apenas reforça o processo de afastamento de seu partido do governo.

"O PMDB é o partido majoritário — afirmou. Portanto se prescindirmos da nossa colaboração não ficaremos constrangidos em ocupar o lugar que já seria nosso, que é a oposição." Sobre eventual indicação de Maciel para a liderança do partido na Constituinte José Lourenço fez a seguinte observação: "Se a bancada achar que Maciel deve assumir este posto isso não me afeta, nem atinge. Estes lugares não são cativos. Para servir ao Brasil não preciso ser líder na Constituinte".

Ainda sobre Maciel, o líder do PFL na Câmara ressaltou que a tarefa do ministro no Gabinete Civil "já foi concluída", e nesse momento, ele poderá ajudar a estruturar o partido em todo o País tendo como meta as eleições de 88.

O líder disse que o seu partido não está negociando um ministério para o PFL para compensar a perda de Maciel. "Isso não tem importância. Há quem advogue até que o PFL fique sem nenhum ministério." Insistindo em que o caminho natural para seu partido é a oposição — um processo que seria efetivado com a conclusão dos trabalhos da Constituinte, ele acrescentou que o PMDB já deixou claro que "prescinde da presença do PFL dentro desse quadro atual".

José Lourenço comentou, ainda, a possibilidade da indicação do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, para a Casa Civil. "Seria descortesia política discriminar alguém do PMDB — disse. Se ele conseguir fazer um Gabinete Civil ou desempenhar o mesmo papel de Maciel não vejo problema".

antecipadamente, como escolha pessoal, e não no corpo de uma reforma ministerial com influências políticas e partidárias. O substituto de Marco Maciel, para esses informantes, deverá ser o assessor especial da Presidência, embaixador Rubens Ricúpero.

O presidente interino do PFL, Maurício Campos (MG) disse ontem que não deixará o cargo, enquanto o presidente licenciado, senador Guilherme Palmeira, estaria disposto a renunciar para permitir a eleição de Maciel, no prazo de 30 dias, conforme o regimento. A campanha pela volta de Maciel ao Senado é liderada pelo deputado Alceni Guerra, sob o argumento de que o atual presidente não tem força para disputar a influência do PMDB no governo, e com isso o PFL estaria se enfraquecendo. O deputado Humberto Souto acha que Marco Maciel pode voltar não para disputar a presidência, mas sim a liderança do PFL na Constituinte, pois o líder José Lourenço "é um direitista e despreparado para o cargo, como se viu depois que Mário Covas assumiu a liderança do PMDB".

Ministro defende Legislativo forte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, defendeu ontem a manutenção do sistema presidencialista de governo, mas com Legislativo forte, na primeira audiência pública da Subcomissão do Poder Executivo, em palestra acompanhada pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, que teve início às 9h30 com apenas 15 constituintes presentes. Maciel defendeu sua antiga tese da equivalência entre os Poderes, que chama de "equipotência", e frisou que não será "enfraquecendo um Poder que fortaleceremos os demais".

"Temos é que fortalecer os mecanismos institucionais do Legislativo e do Judiciário, para que eles tenham a força e as prerrogativas que possam contrapor-se, democraticamente, ao poder e às prerrogativas de que dispõe o Executivo, pois nossos males residem na circunstância de sempre termos tido poderes assimétricos" — acrescentou o ministro. Maciel defendeu o presidencialismo numa platéia predominantemente favorável ao parlamentarismo. E acha que, para a implantação do parlamentarismo no Brasil, falta estrutura partidária, tradição histórica e burocracia profissional, já que a cada mudança de governo é alterado todo o esquema administrativo.

"Qualquer que seja a forma de governo, os sistemas de poderes e o regime político, temos que ter instituições políticas fortes e competentes para resolver os problemas da Nação" — observou o chefe do Gabinete Civil. Maciel comentou que o presidente da República é escolhido por um amplo colégio eleitoral e, por isso, deve ter a soma de poderes necessários para conduzir e liderar o País. "Não teria sentido — acrescentou — mobilizar milhões de eleitores, entregar-lhes a escolha do primeiro mandatário, para que ele seja apenas uma figura decorativa, encarregada simplesmente de nomear ou demitir ministros".

O chefe do Gabinete Civil leu, durante duas horas, um texto de 40 páginas, e os debates posteriores foram prejudicados pelas longas perguntas dos constituintes, como o senador José Fogaça (PMDB-RS), que fez um preâmbulo de mais de 15 minutos para indagar a preferência do ministro sobre a duração do mandato de Sarney.

Um homem determinado

Marco Maciel poderia ter sido candidato à vice presidência da República na chapa de Tancredo Neves, pelo PMDB, se não tivesse recusado a impugnação, por infidelidade partidária, em razão de ter sido eleito pelo PDS. O posto coube então a José Sarney que, apesar de ter fundado e presidido o PDS, chegou ao Senado ainda pela legenda da Arena.

Foi uma das poucas oportunidades perdidas por esse político pernambucano, filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Recife José Rego Maciel, do velho PDS, que entrou na vida pública pelas mãos do ex-governador de Pernambuco Paulo Guerra, após o golpe de 1964.

Daf em diante ele se ligou sempre às pessoas certas e cultivou a reputação de homem público que não tem hora para dormir nem para comer, sempre cheio de tarefas a cumprir até altas horas da noite.

Ao chegar à Câmara em 1971, Maciel integrou logo o grupo dos Felinto's Boys, jovens políticos como Aureliano Chaves, Prisco Viana, Arnaldo Prieto, Murilo Badaró e Paulo Cicero, que se abrigavam à

sombra do prestígio de Felinto Muller, presidente da Arena e do Senado. Com a morte de Muller, Maciel vinculou-se ao senador Petrônio Portella e caiu nas graças do presidente Ernesto Geisel, que quase o nomeia ministro. Presidente da Câmara em 1977, quando o Congresso foi colocado em recesso, foi um dos constituintes do Riacho Grande que participou da elaboração do "pacote de abril".

Geisel designou Maciel para governador de Pernambuco, ocasião em que, aos 40 anos, foi administrador de escrupulosa correção com o dinheiro público. Senador pelo PDS em 1983, ganhou o passaporte para o futuro ao se insurgir contra o governo João Figueiredo e contra a candidatura do deputado Paulo Maluf à Presidência da República. Ganhou a confiança e estima de Tancredo Neves ao costurar, com Ulysses Guimarães, a Aliança Democrática e destruiu, com determinação, a estrutura malufista armada no PDS. Ministro da Educação e depois do Gabinete Civil, Maciel poderá voltar agora ao Congresso a fim de presidir o PFL que fundou.

Ulysses diz que Brasil não está pronto para o parlamentarismo

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO



Presidente Ulysses, presidencialista

O presidente nacional do PMDB, da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem, em Ouro Preto, que o Brasil não dispõe de condições necessárias para a adoção do regime parlamentarista de governo. Segundo ele, o parlamentarismo provocaria "uma modificação profunda, tanto no Executivo quanto no Legislativo, e hoje tornaria a administração do País mais problemática do que a administração do Funaral, já que o único partido verdadeiramente sedimentado é o PMDB".

"Toda a vez que houver modificações políticas que impliquem a queda do gabinete e a escolha de um novo chefe de governo, isto vai criar problemas iguais aos do Funaral. Costumo dizer que não houve na presidência do meu partido, ou mesmo na escolha dos ministros, um período em que eu tivesse tantos problemas, tanta competição e tanta dificuldade como os que enfrentei na administrar a Aliança Democrática com suas

reivindicações tipo Funaral", explicou Ulysses.

A posição de Ulysses em relação ao parlamentarismo foi anunciada no encerramento do encontro com 18 presidentes de Assembleias Legislativas, durante o qual ele recebeu um documento elaborado pelos parlamentares pedindo maior participação dos legisladores estaduais na feitura da futura Constituição. Ulysses disse ainda que mesmo no presidencialismo deve ser aumentada a responsabilidade do Legislativo no governo e defendeu "maior respeito à geografia brasileira", com o pleno restabelecimento da Federação.

Ulysses fez questão de que sua passagem por Ouro Preto não fosse confundida com o encontro de governadores, em Belo Horizonte. Inicialmente, classificou a reunião dos governadores como "uma tradição de 21 de abril". Mas, ao ser informado de que o encontro poderia ensejar novas pressões sobre o atual Ministério, reagiu: "Não acredito que possa haver pressão de governador. Pode haver sugestões e outras manifestações democráticas. A reforma ministerial pertence ao presidente da República, que terá responsabilidade de fazê-la na hora certa, escolhendo os homens certos".

O presidente da Constituinte ressaltou que, "naturalmente, os governadores podem manifestar-se porque esse é um direito que têm, já que estão recém-eleitos das urnas e podem defender soluções para os problemas que afetam seus Estados e a Nação". Deixou claro, porém, que nenhuma posição dos governadores terá o seu aval, e garantiu que não fará nenhum pronunciamento a respeito da decisão dos governadores, nem agora nem no futuro. "Não tenho e nem terei nada a dizer", avisou. Ulysses disse ainda não acreditar que se irá fazer uma frente de governadores, uma vez que "eles mesmos negam alimentar qualquer propósito nesse sentido".

Lyra critica PMDB, Sarney e Brossard

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O PMDB já não é o mesmo. Encontra-se mudado, manietado e transformado em marionete por pessoas que não querem mudar coisa alguma no País, como o presidente José Sarney". A avaliação foi feita ontem pelo ex-ministro da Justiça e atual deputado constituinte Fernando Lyra, do PMDB pernambucano, durante entrevista que será transmitida hoje à noite por uma emissora de televisão de Brasília.

Fernando Lyra explicou-se depois de não ter sido ainda mais duro em suas observações sobre o governo Sarney. E não poupou ninguém. Pediu a demissão do ministro Dilson Funaro, disse que o deputado Carlos Sant'Anna "não é líder de coisa alguma, pois esse governo sequer existe", e acusou Ulysses Guimarães de centralizador, garantindo que não votará nele "em hipótese alguma" para presidente da República.

Na opinião do deputado pernambucano, há uma clara disputa entre os ministros Dilson Funaro e Marco Maciel. A iniciativa dos governadores de pedirem a demissão de Funaro, segundo ele, foi "soprada da cozinha" do Palácio do Planalto, onde há "pessoas que nada têm na cabeça e estão mandando no País". Lyra considera que o ministro da Fazenda

não representa o PMDB e estranhou o fato do presidente Sarney não ter reagido às pressões contra Funaro: "Só não diz nada porque não quer, ou porque não quer se definir". Ele acrescentou que governo e PMDB não têm porta-voz.

A tese de Fernando Lyra é de que José Sarney só pode ser um presidente de transição, como provam "o fracasso da reforma agrária" e a falta de credibilidade no governo. O ex-ministro da Justiça criticou também seu sucessor no cargo, afirmando que Paulo Brossard tem sido "retrogrado e conservador". Sobre o Congresso, o deputado advertiu que "ou o poder Legislativo participa do processo ou não terá o direito de ser o poder fiscalizador". Em seguida, conclamou o presidente José Sarney a organizar um Ministério de alto nível e convocar eleições diretas para sua sucessão.

A eleição do senador Mário Covas para líder do PMDB na Constituinte, segundo Fernando Lyra, foi a resposta do partido ao estado de coisas por ele descrito. Já a indicação de Carlos Sant'Anna para líder do governo na Câmara foi classificada como exemplo da disposição do presidente Sarney de acabar com o PMDB. O deputado pernambucano disse ainda que Ulysses Guimarães manobra o partido formando guetos, com o objetivo de forçar sua candidatura à Presidência.

Justiça dá amparo aos 'aposentados'

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

Os três auditores e um procurador do Tribunal de Contas do Paraná que se aposentaram em 1981, beneficiando-se de uma lei inconstitucional criada pelo então governador Ney Braga, e que agora, por decreto do governador Álvaro Dias, teriam que voltar ao trabalho, obtiveram ontem liminar do mandato de segurança impetrado contra o decreto. Com isso, eles não terão de se apresentar ao Tribunal de Contas em quanto não for julgado definitivamente o mandato de segurança por um júri especial do Tribunal de Justiça, o que demora, normalmente, cerca de três meses.

O mandato de segurança foi elaborado pelo advogado Alceu Macêdo, representando o auditor Joaquim Penido Monteiro, e a liminar foi concedida pelo relator do Tribunal de Justiça, Ronald Actoli Rodrigues da Costa.

Como a matéria em discussão é a mesma para os outros três aposentados envolvidos (o ex-governador Emílio Gomes, o procurador Zacarias Seleme e Francisco Borsari Neto), o mesmo advogado deverá requerer que eles sejam beneficiados como litisconsorti.